Alfredo Kingo Oyama Homma

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

sua contribuição ao desenvolvimento agrícola

Comemoração dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris, e dos 85 anos da imigração japonesa no Estado do Amazonas, em 20 de junho de 1931.

2ª edição revista e ampliada

Embrapa

No dia 5 de novembro de 1895, foi assinado em Paris o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão, pelos ministros plenipotenciários dos dois países acreditados junto ao governo francês. Isto deu início à vinda do primeiro contingente de imigrantes japoneses para São Paulo em 1908, para o Estado do Pará em 1929 e para o Estado do Amazonas em 1931.

Daí o sentido emblemático das comemorações dos 120 anos da assinatura desse tratado, estabelecendo a união de dois povos antípodas, que promoveram grandes contribuições para a agricultura nacional e regional. Trata-se de um modelo de desenvolvimento agrícola que não seria possível para os dias atuais, envolvendo grandes concessões de terras, introdução de biodiversidade exótica, inexistência de pressões ambientais, escassez de mão de obra, atividade dependente exclusivamente de trabalho braçal, entre outros. No caso específico da região amazônica, a introdução das lavouras de juta e pimenta-do-reino promoveu a formação de um ciclo agrícola peculiar na economia pós-crise da borracha e de ausência de alternativas tecnológicas. A comemoração culminou com a visita do Príncipe Akishino e da Princesa Kiko a Belém, no período de 3 a 4 de novembro de 2015.

As culturas introduzidas pelos imigrantes japoneses não representaram um processo egoísta, pois foram rapidamente democratizadas pelo segmento de pequenos produtores. A lavoura da juta, a despeito do seu declínio, beneficiou essencialmente os pequenos produtores das várzeas dos estados do Amazonas e Pará, gerando renda e emprego no período que se seguiu à crise da borracha e promovendo a absorção da mão de obra na fase anterior à criação da Zona Franca de Manaus. A exportação de pimenta-do-reino em 2014 superou a casa dos 294 milhões de dólares, sendo 52% dessa produção proveniente de plantios inferiores a 2 ha. A Embrapa Amazônia Oriental, entendendo o sentido histórico dessa efeméride, promoveu a reedição deste livro como um testemunho da contribuição dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região amazônica, história, dilemas e desafios.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Alfredo Kingo Oyama Homma

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

sua contribuição ao desenvolvimento agrícola

Comemoração dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris, e dos 85 anos da imigração japonesa no Estado do Amazonas, em 20 de junho de 1931.

2ª edição revista e ampliada

Embrapa
Brasília, DF
2016

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental
Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n. CEP 66095-903 – Belém, PA.
Caixa Postal 48. CEP 66017-970 – Belém, PA.
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Unidade responsável pelo conteúdo e pela edição
Embrapa Amazônia Oriental

Comitê Local de Publicação
Presidente: *Silvio Brienza Júnior*
Secretário-executivo: *Moacyr Bernardino Dias-Filho*
Membros: *Orlando dos Santos Watrin*
Eniel David Cruz
Sheila de Souza Correa de Melo
Regina Alves Rodrigues
Luciane Chedid Melo Borges

Supervisão editorial
Luciane Chedid Melo Borges

Revisão de texto
Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana

Normalização bibliográfica
Andréa Liliane Pereira da Silva

Projeto gráfico, ilustrações, capa, tratamento de imagens e editoração eletrônica
Vitor Trindade Lôbo

Foto da capa
Vitor Trindade Lôbo

1ª edição
1ª impressão (2007): 1.000 exemplares
2ª edição
1ª impressão (2016): 500 exemplares
Publicação digitalizada (2016)

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Oriental

Homma, Alfredo Kingo Oyama.
A imigração japonesa na Amazônia : sua contribuição ao desenvolvimento agrícola / Alfredo Kingo Oyama Homma. – 2. ed. – Brasília, DF : Embrapa, 2016.
255 p. : il. color.; 15 cm x 21 cm.

Comemoração dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris, e dos 85 anos da imigração japonesa no Estado do Amazonas, em 20 de junho de 1931.

ISBN 978-85-7035-575-1

1. História 2. Imigração. 3. Japão. 4. Amazônia. 5. Desenvolvimento agrícola. I. Embrapa Amazônia Oriental. II. Título.

CDD (21. ed.) 325.25209811

© Embrapa 2016

Autor

Alfredo Kingo Oyama Homma
Engenheiro-agrônomo, doutor em Economia Rural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Apresentação

No dia 5 de novembro de 1895, foi assinado em Paris o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão, pelos ministros plenipotenciários dos dois países acreditados junto ao governo francês. Isto daria início à vinda do primeiro contingente de imigrantes japoneses para São Paulo em 1908, para o Estado do Pará em 1929 e para o Estado do Amazonas em 1931.

Daí o sentido emblemático das comemorações dos 120 anos da assinatura desse Tratado, estabelecendo a união de dois povos antípodas, que promoveram grandes contribuições para a agricultura nacional e regional. Trata-se de um modelo de desenvolvimento agrícola que não seria possível para os dias atuais, envolvendo grandes concessões de terras, introdução da biodiversidade exótica, inexistência de pressões ambientais, escassez de mão de obra, atividade dependente exclusivamente de trabalho braçal, entre outros. No caso específico da região amazônica, a introdução das lavouras de juta e pimenta-do-reino promoveu a formação de um ciclo agrícola peculiar na economia pós-crise da borracha e de ausência de alternativas tecnológicas.

A Embrapa Amazônia Oriental, entendendo o sentido histórico dessa efeméride, promoveu a reedição do livro *A Imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Esta edição revista e ampliada, do pesquisador Alfredo Homma, representa um testemunho da contribuição dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região amazônica, história, dilemas e desafios.

As culturas introduzidas pelos imigrantes japoneses não representaram um processo egoísta, pois foram rapidamente democratizadas pelo segmento de pequenos produtores. A lavoura da juta, a despeito do seu declínio, beneficiou essencialmente os pequenos produtores das várzeas dos estados do Amazonas e Pará, gerando renda e emprego no período que se seguiu à crise da borracha e promovendo a absorção da mão de obra na fase anterior à criação da Zona

Franca de Manaus. A exportação de pimenta-do-reino em 2014 superou a casa dos 294 milhões de dólares, sendo 52% dessa produção proveniente de plantios inferiores a 2 ha.

Tanto a lavoura de juta quanto a de pimenta-do-reino deram uma resposta insofismável quanto à aversão dos pequenos produtores da Amazônia com relação a novas tecnologias. Provou-se com essas duas culturas que os pequenos produtores da região respondem rapidamente aos sinais de preço e mercado, apreendem rapidamente técnicas complexas, mesmo sendo culturas exóticas e numa época em que inexistia o serviço de extensão rural. Isto pode trazer um grande recado para resolver os problemas ambientais da Amazônia e na busca da sustentabilidade, mediante novas opções tecnológicas e de mercado.

O Japão está aqui, também, na Amazônia, sobretudo no Estado do Pará, que concentra o terceiro contingente de descendentes de japoneses no País, em perfeita integração com a sociedade brasileira. A difusão da culinária japonesa e suas adaptações com produtos locais mostram a riqueza desse caldo cultural. Somente na Embrapa Amazônia Oriental, que tenho a honra de presidir, cerca de dez descendentes de japoneses fazem parte do quadro funcional (cerca de 2% do total, o dobro da média nacional) e a colaboração com o governo japonês é a mais antiga da Amazônia, tendo iniciado em 1962.

Os convênios bilaterais com o Japão, facilitados pela presença de imigrantes japoneses na região, tiveram como relevantes resultados a colaboração no lançamento de variedades de cupuaçuzeiro e açaizeiro, desenvolvimento do guaraná em pó solúvel, oleosina de pimenta-do-reino, difusão indireta do protótipo de despolpadeira de fruta, melhor conhecimento sobre os tratos culturais com a lavoura de pimenta-do-reino, tutor vivo de pimenta-do-reino e treinamento de quatro dezenas de pesquisadores brasileiros no Japão, desde a década de 1960.

O sucesso da colonização japonesa na Amazônia decorreu do modelo baseado na introdução de recursos da biodiversidade exógena, numa época em que era um comportamento normal. Recursos genéticos da Amazônia eram levados para outras partes do País e do mundo e, por sua vez, os migrantes trouxeram também recursos de outros locais para a região. O novo enfoque de desenvolvimento deve focar no aproveitamento da biodiversidade local, mediante a domesticação

dos recursos extrativos potenciais. O Japão poderia ajudar muito a Amazônia, mediante colaboração técnico-científica que seja complementar, na recuperação das áreas degradadas e da fauna pesqueira, controle da poluição dos rios, tecnologia de madeira, aproveitamento dos recursos da biodiversidade na área de cosméticos, fármacos, corantes naturais, entre os principais.

É com esse sentimento que lançamos esta publicação, esperando que venha a ter utilidade a um público igualmente amplo, formado por estudantes, técnicos, pesquisadores, historiadores e produtores interessados no desenvolvimento da Amazônia.

Adriano Venturieri
Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Prefácio

A reedição deste livro envolveu a atualização de informações, correções e a inclusão de novos tópicos relacionados à proto-história do cultivo da juta e da malva no País e das tentativas de descorticação mecânica da sua fibra.

O objetivo principal de trazer imigrantes japoneses para o País, a partir de 1908, foi suprir a escassez de mão de obra para atender à lavoura cafeeira. Fazia 20 anos que tinha ocorrido a libertação dos escravos e a transição para mão de obra paga provocou a perda da sustentabilidade na produção de alimentos nas propriedades agrícolas e a competitividade no mercado internacional. Em 1908, a população brasileira era de pouco mais de 22 milhões de habitantes, eminentemente rural.

A crise de 1929 levou à estagnação da economia cafeeira, provocando a redução nos preços das terras e o surgimento dos pequenos proprietários japoneses no Estado de São Paulo, que passaram a se dedicar a atividades hortícolas e de criação de aves. É nesse ambiente de crise mundial e nacional que se inicia a imigração japonesa nos estados do Pará (1929) e do Amazonas (1931).

O interesse dos governadores do Pará e Amazonas, Dionísio Ausier Bentes (1881–1949) e Ephigênio Ferreira de Salles (1877–1939), respectivamente, em atrair imigrantes japoneses era criar alternativas econômicas em face do declínio da borracha. Já se tinham passado 21 anos do início da imigração japonesa em São Paulo e os primeiros resultados se faziam sentir como povos entendidos em agricultura, trabalhadores e disciplinados.

O sucesso das introduções das lavouras de juta e pimenta-do-reino pelos imigrantes japoneses dependeu muito da sorte e da causalidade, de modo que estes poderiam ter se tornado mais um contingente adicional ao modelo da agricultura de derruba-queima. Os insucessos das diversas colônias japonesas no pós-guerra comprovam que a existência de uma atividade agrícola-eixo que seja

novidade, tenha preço e mercado, local apropriado e disponibilidade de tecnologia é condição básica para marcar diferença com relação aos agricultores locais.

A sustentabilidade da agricultura na região amazônica reforça a análise que tanto o sucesso como o insucesso das atividades induzidas pelos imigrantes japoneses e seus descendentes tiveram impactos ambientais. Isto não foi diferente com relação à expansão da agricultura desenvolvida pelos imigrantes japoneses nos estados de São Paulo e Paraná, como na expansão das lavouras de juta nas várzeas amazônicas e de pimenta do-reino nas áreas de terra firme. Tanto a lavoura de juta e depois a malva quanto a pimenta-do-reino provocaram desmatamentos nas áreas de várzeas e terra firme, respectivamente, que sofreram evoluções ao longo do tempo, com substituição de atividades.

A visão nipocêntrica do sofrimento que sempre tem caracterizado as comemorações vem perdendo o sentido, a partir de tragédias nacionais como as secas do Nordeste, muito bem pintada por Cândido Portinari (1903–1962) e das políticas sociais do País, como não sendo privilégio exclusivo dos imigrantes japoneses. Iniciou-se a fase da interpretação ficcional da juta por autores como Benedicto Wilfred Monteiro (1924–2008), Ademar Ayres do Amaral (1948) e Antônio Cândido da Silva (1940), na qual o efeito comparativo entre os nativos e imigrantes passa a transparecer. As dificuldades dos imigrantes com relação ao novo local contradizem com o equilíbrio com a natureza pelos habitantes dessas regiões.

Ocorreu uma grande transformação nesses 120 anos. O Brasil tornou- -se uma potência agrícola e o Japão uma potência industrial. De 1978 a 2009, a economia japonesa liderou a segunda posição mundial, sendo suplantada pela China (2010). Na década de 1980, o fenômeno dos decasséguis provocou uma diáspora, chegando a alcançar mais de 330 mil descendentes de japoneses trabalhando naquele país. Trata-se do dobro de seus ancestrais que imigraram para o Brasil, estimado em 164 mil japoneses. Atualmente a população de descendentes de japoneses no País é estimada em 1,6 milhão de habitantes, sendo a maior fora do Japão. Entre os dez países com maior presença de japoneses e seus descendentes estão: Estados Unidos (1,2 milhão), China (127 mil), Filipinas (120 mil), Canadá

(110 mil), Peru (100 mil), Inglaterra (63 mil), Coreia do Sul (58 mil), Tailândia (47 mil) e Austrália (41 mil), mas a integração tem sido mais forte no Brasil.

Atualmente os interesses dos empresários e do governo japonês estão na área de mineração, Polo Industrial de Manaus, aquisição de alimentos, celulose, ação trilateral na África, entre os principais, em que o sucesso dos imigrantes tem sido utilizado nessas justificativas, nem sempre coerentes, de ambas as partes. Em 2095, quando será comemorado o bicentenário da assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e o Japão, a participação dos descendentes japoneses, com o rápido processo de assimilação na sociedade brasileira, os sobrenomes japoneses e a participação relativa nas atividades econômicas será confundida com o contexto nacional decorrente da diluição. Ficará, contudo, a cultura representada pelas comidas japonesas com as adaptações, os esportes, as artes, a religião e o espírito de gestão empresarial.

Além das personalidades que contribuíram na primeira edição deste livro, o autor tem uma grande dívida com as colaborações adicionais: Yorio Nakano (jornalista e historiador), Akiyoshi Satoh (1939–2013, presidente da Associação Estrangeira das Famílias Imigrantes de Tóquio), Yoshio Uyetsuka (Tokyo Women's Medical University), Wilson Hatanaka, Shatiro Shono, Masayo Shono, Tosui Akiyama, Aldenor da Silva Ferreira (Ufam), Arlindo Oliveira Leão (secretário-executivo do Ifibram), Rui de Souza Chaves (Ufra), Hélcio Honorato de Souza (Ufam), Antônio Cândido da Silva (escritor), Etevaldo Alves de Siqueira Júnior (UFMA), Karine da Silva Araújo (Sepror), Márcia Awazu, Jurandir Melado, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (Ufam), Marilene Corrêa da Silva Freitas (Ufam), Francimar de Araújo Mamed, José Shigeyoshi Ono (presidente da Associação Koutaku do Pará), Jeferson Luís Vasconcelos de Macêdo (Embrapa Amazônia Ocidental), Jurandir Melado e outros, de forma direta e indireta.

O autor é extremamente grato aos pesquisadores, analistas e assistentes da Embrapa Amazônia Oriental que ajudaram na conclusão deste livro: Luciene Chedid Melo Borges, Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana, Andréa Liliane Pereira da Silva, Moacyr Bernardino Dias-Filho, Regina Alves Rodrigues, Vitor Trindade Lobo, Antônio José Elias Amorim de Menezes, José Edmar Urano de Carvalho, Delman de Almeida Gonçalves, Grimoaldo Bandeira Matos e Ronaldo

Rosa. Ao Adriano Venturieri, chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, Walkymario de Paulo Lemos, chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento, Silvio Brienza Júnior, chefe-adjunto de Transferência de Tecnologia e João Baía Brito, chefe-adjunto de Administração, pelo apoio institucional para a concretização desta publicação.

Agradecimentos institucionais são extensivos, também, ao Banco da Amazônia, à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que ao longo do tempo garantiram o financiamento das nossas atividades de pesquisa, permitindo o desenvolvimento direto e indireto deste livro.

O autor

Prefácio à 1ª edição

Escrever um livro relatando a história da imigração japonesa na Amazônia e a introdução de duas importantes culturas exóticas – a juta e a pimenta-do-reino – trazidas de possessões britânicas, sempre atraiu a minha curiosidade desde a minha graduação na Universidade Federal de Viçosa. Uma por razões familiares, por ser protagonista desse fenômeno quando meus antecedentes imigraram para o Estado do Amazonas, no início da década de 1930. As facilidades atuais em celulares, aviões a jato, laptop, da medicina, da barreira do idioma, entre outros, em longas viagens que demoravam mais de 2 meses para chegar ao destino, para muitos tiveram o preço da tragédia, só vieram a melhorar com os seus descendentes. Por ocasião do centenário da imigração japonesa no País, muitos livros, filmes, reportagens e seminários serão realizados, comentando sobre os diversos ângulos dessa experiência singular em uma região tropical.

Até meados do século 20, era comum proceder à transferência de recursos genéticos em ambos os sentidos, característica inata de migrantes, na busca de sonhos e esperanças na sua nova terra. Em alguns casos, essa transferência representava interesses de estado na busca de novas plantas para gerar riqueza, evitar a dependência e o determinismo geográfico. Várias plantas que têm origem na Bacia Amazônica, como cinchona, cacau, seringueira e guaraná, para citar as mais importantes, transformaram-se em principais riquezas econômicas nos locais para onde foram levadas. Em sentido inverso, o cafeeiro, planta de origem africana, foi introduzido inocentemente no Estado do Pará, transformou-se na maior riqueza agrícola do País, forma par ao lado do ramo de fumo como símbolo no brasão da República Federativa do Brasil. No momento em que se discute a biopirataria e o conhecimento tradicional, diga-se de passagem que grande parte da agricultura brasileira e dos alimentos que consumimos são provenientes de outros continentes. O pão, café, leite, óleo de soja, carne bovina, aves, suco de laranja, chá preto, grande maioria das verduras, entre dezenas de outros, foram

trazidos pelos colonizadores portugueses e do fluxo migratório europeu, asiático e africano. Por sua vez, o Novo Mundo contribuiu com mandioca, milho, batata-inglesa, tomate, fumo, abacate, abacaxi, cajueiro, mamão, cacau, seringueira, entre outros, que se tornaram universais. Discutir a imigração japonesa seria analisar a compensação da transferência de recursos genéticos e as transformações dela decorrentes.

No primeiro capítulo, procuro relatar as razões que levaram os migrantes japoneses a se deslocarem para a Amazônia, a partir de 1929, duas décadas depois da chegada dos primeiros migrantes no navio Kasato Maru, no Porto de Santos. O segundo e o terceiro capítulos têm como enfoque a civilização da juta e a civilização da pimenta-do-reino, que no decorrer do tempo foram democratizadas, deixando de ser atividade exclusiva dos colonos japoneses. A inexistência do serviço de extensão rural na época demonstra que os pequenos agricultores não são avessos a inovações, desde que preços e mercado estejam à sua disposição. Esse fenômeno reforça a premissa de que novas tecnologias poderiam ser implementadas para produzir um desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia.

O quarto capítulo retrata a movimentação de recursos genéticos na Amazônia, na qual está inserida a contribuição dos imigrantes japoneses. Esses aspectos reavivam a discussão necessária quanto aos direitos de propriedade intelectual, o conhecimento tradicional por si só como solução, os recursos genéticos que são comuns para diversos locais da Amazônia, se não estariam criando uma exclusão beneficiando determinado grupo. Finalmente, o quinto capítulo procura retratar as transformações mais recentes na colônia agrícola de Tomé-Açu, com o desenvolvimento da fruticultura com plantas amazônicas e da sua permanência no mesmo local. Enquanto assentados de reforma agrária no Sudeste Paraense, por exemplo, ficam no lote enquanto dispuserem de mata para ser derrubada e quando pressentem o perigo mudam para novo local. Esse mimetismo já é visto por diversos pequenos produtores nas redondezas, que tentam imitar os sistemas agroflorestais dos imigrantes japoneses e seus descendentes.

A confecção deste livro envolveu o esforço de dezenas de pessoas, muita delas nos bastidores, fornecendo informações, dando formato à publicação e

viabilizando a sua edição. No contexto institucional, sou extremamente grato ao Dr. Jorge Alberto Gazel Yared, chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, ao Dr. José Conrado Azevedo Santos, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, e ao Dr. Roberto Kataoka Oyama, presidente do Grupo Oyamota S.A., que entenderam a importância desta publicação, viabilizando a sua edição como parte das comemorações do centenário da imigração japonesa no País. Ao Dr. Oriel Filgueira de Lemos, chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento, à Dra. Gladys Ferreira de Sousa, chefe-adjunta de Comunicação e Negócios, ao Dr. João Baia Brito, chefe-adjunto de Administração, e ao Dr. Eduardo Jorge Maklouf Carvalho, pelo apoio no contexto geral das atividades da Embrapa Amazônia Oriental, proporcionando tempo ao autor no contexto de suas atividades, permitindo o desenvolvimento deste livro.

Um elenco de pessoas contribuiu com dados, informações e fotos, alguma das quais, pelo longo tempo de gestação, já faleceram, e sem as quais não teria sido possível completar o livro. Essas pessoas são: Akiyoshi Satoh (presidente da Associação Estrangeira das Famílias Imigrantes de Tóquio), Antônio José Elias Amorim de Menezes (Embrapa Amazônia Oriental), Arlindo de Oliveira Leão (secretário-executivo do Ifibram), Érika Kataoka Homma, Estevam de Oliveira Castelo (Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Pará), Fernando Carneiro Albuquerque (Embrapa Amazônia Oriental), Francisco Wataru Sakaguchi (presidente da Camta), Gerson Lopes Krelling (Embrapa Transferência de Tecnologia), Gerson Suguiyama Nakagima (vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas), Grimoaldo Bandeira de Matos (Embrapa Amazônia Oriental), Hiroshi Okajima (ex-presidente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Pimenta-do-reino), Ima Célia Guimarães Vieira (diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi), Ityu Yassui, Ivan Hitoshi Saiki (diretor Gerente da Camta), Ivo Katuji Morikawa (Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Pará), Jailson A. Takamatsu (Camta), João Camilo Ramos de Souza (UEA), Jorge Takahashi, José de Brito Lourenço Júnior (Embrapa Amazônia Oriental), José Edmar Urano de Carvalho (Embrapa Amazônia Oriental), José Rubens Cordeiro Gonçalves, Kohei Seko (Seko Comércio e Exportação de Produtos Naturais Ltda.), Kozo Harada, jornalista Lúcio Flávio Pinto, Maria da Cruz Chaves Lima Moura (Uema), Maria de Nazaré Magalhães Santos (1960–2004) (Embrapa Amazônia Oriental), Mário Sakiyama, Masaaki Yamada (Tokyo

University of Agriculture and Technology), Mitinori Konagano (Secretário Municipal de Agricultura de Tomé-Açu), Mitsuharu Onuki (diretor-presidente da Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu), Neyde Menezes Fonseca (secretária-executiva da Associação Comercial do Amazonas), Noriko Tanaka (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Colonização), Osvaldo Ryohei Kato (Embrapa Amazônia Oriental), Robert Toovey Walker (Michigan State University), Samuel Benchimol, Simon Suhwen Cheng (Embrapa Amazônia Oriental), Toshihiko Takamatsu, Tosui Akiyama, Valdir Hiçashi Sató (presidente da Associação Koutaku do Amazonas), Yorio Nakano (jornalista), Yoshio Uyetsuka (Tokyo Women's Medical University), Yukihisa Ishizuka (Amazon Agroforestry Association) e Zennoshi Shoji.

Aos membros do Comitê Local de Editoração da Embrapa Amazônia Oriental, nas pessoas da Dra. Gladys Ferreira de Sousa, Dr. Moacyr Bernardino Dias-Filho, Regina Alves Rodrigues e Luciene Chedid pela revisão gramatical, José Farias Pereira pela editoração eletrônica e Genildo Mota pela confecção da capa.

O autor

Sumário

Capítulo 1
A imigração japonesa na Amazônia, 19

A proto-história da imigração japonesa na Amazônia, **20**

O início da imigração japonesa, **24**

Fukuhara e Uyetsuka: a crença na Amazônia, **29**

Adaptação da juta às várzeas amazônicas, **42**

A Segunda Guerra Mundial e a democratização da experiência japonesa, **60**

Considerações finais, **71**

Capítulo 2
A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio, 75

Introdução, **76**

A pré-história do cultivo da juta no Brasil, **77**

As tentativas de plantar juta e malva em São Paulo, **81**

Expansão da juta nas várzeas amazônicas, **84**

Valorização da malva: extrativismo e domesticação, **89**

A questão da produção e distribuição de sementes de juta, **96**

A produção de sementes de malva no Estado do Pará, **103**

O declínio do sistema juta e malva na Amazônia, **107**

Evolução das propostas para solucionar a crise da produção de juta, **110**

A descorticação mecânica de juta e malva , **116**

Transformações institucionais no sistema juta e malva na Amazônia, **121**

Considerações finais, **126**

Capítulo 3
A civilização da pimenta-do-reino na Amazônia, 129

Introdução, **130**

Tomé-Açu: marco inicial da imigração japonesa na Amazônia, **131**

Makinossuke Ussui: a reintrodução da pimenta-do-reino no Brasil, **139**

Pimenta-do-reino marca nova fase da agricultura na Amazônia, **145**

Sucesso da juta e da pimenta-do-reino como justificativa da imigração japonesa no pós-guerra, **150**

Inserção da pimenta-do-reino na vida política, econômica e social da Amazônia, **156**

Considerações finais, **164**

Capítulo 4
A movimentação de recursos genéticos na Amazônia, 167

Introdução, **168**

A movimentação de recursos genéticos na Amazônia, **171**

A fragilidade da economia extrativa como convite para a biopirataria, **181**

Mudanças no ciclo de vida de recursos da biodiversidade, **185**

Capítulo 5
Tomé-Açu, uma experiência de desenvolvimento agrícola nos trópicos, 189

Introdução, **190**

Os ciclos econômicos da pimenta-do-reino, **192**

A dinâmica dos sistemas agroflorestais (SAFs), **201**

Considerações finais, **207**

Referências

Literatura Recomendada

Anexos

Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, firmado em Paris, a 5 de novembro de 1895, **242**

Fotografias, **247**

Capítulo 1

A imigração japonesa na Amazônia

A proto-história da imigração japonesa na Amazônia

Meio século antes da vinda dos primeiros imigrantes japoneses para a Amazônia, com a transferência de mão de obra para a extração da borracha, o governo do Estado do Pará induziu a vinda de imigrantes europeus para se dedicarem à lavoura. Para isso, foi instalada a Colônia de Benevides, em 13 de junho de 1875, que contava com 87 franceses, 35 italianos, 33 espanhóis, 11 alemães, 5 belgas, 3 ingleses, 2 suíços, 2 argentinos e 1 norte-americano (EMMI, 2008). Decorrente de um contrato assinado entre o governo do Estado do Pará e o cidadão italiano Mario Cataruzza, foi estabelecida a Colônia Anita Garibaldi, localizada na estrada que liga Castanhal a Curuçá. O objetivo seria a plantação de cereais, cana-de-açúcar, café e algodão. Das 200 famílias previstas, só conseguiu introduzir 19, totalizando 95 pessoas. Em 1899, foi implantado o Núcleo Modelo do Outeiro, próximo à Vila de Pinheiro (atual Icoaraci), com a instalação de 12 famílias de italianos. Em 1902, no governo Augusto Montenegro, declarou-se a extinção desse Núcleo. A Colônia Agrícola de Ianetama ficava localizada à margem da Estrada de Ferro de Bragança, a 19 km de Castanhal. Surgiu em decorrência de um contrato assinado entre o Estado do Pará e o italiano Salvador Nicosia, em 20 de janeiro de 1899, tendo introduzido 48 famílias, de uma previsão de 200 famílias (EMMI, 2008).

A imigração japonesa na Amazônia tem sua origem muito antes da data oficial de 18 de junho de 1908, com a chegada do navio Kasato-Maru, no porto de Santos, cujo centenário foi comemorado em 2008. Há a necessidade de se aprofundar as pesquisas em jornais antigos de Manaus e Belém para se comprovar a presença de japoneses na região já no final do século 19, provenientes do Peru e de navios de viajantes independentes que atracavam nos portos dessas cidades atraídos pela opulência da riqueza da borracha (HOMMA et al., 2011).

O primeiro Censo Demográfico do Brasil, realizado em 1872, já indicava a presença de um japonês morando em Manaus e, alguns anos depois, o Diário do Gram-Pará, de Belém, Estado do Pará, de 7 de novembro de 1886, anunciava a apresentação de artistas japoneses nas festividades do Círio de Nazaré em Belém